

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.860 - RS (2018/0119691-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV
MÉDICOS LTDA
ADVOGADO : CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA E OUTRO(S) - RS050660
AGRAVADO : INES SOTTORIVA CARRA
ADVOGADOS : ONEI MEDEIROS NETO - RS093269
RUANA BRANCO DA ROSA E OUTRO(S) - RS100233

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 210):

Apelação. Manutenção de Plano de Saúde Coletivo na condição de beneficiária. Falecimento do titular. Aplicação, por analogia, as disposições contidas no artigo 30, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 9.656/98. Danos morais não configurados. Sentença parcialmente provida. À unanimidade deram parcial provimento ao apelo.

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação do art. 30 da Lei 9.656/98 ao fundamento de que, por não haver vínculo empregatício entre o falecido marido da agravada e a empresa contratante do plano de saúde, não teria ela direito à permanência no plano de saúde coletivo por adesão, por não preencher os requisitos da lei dos planos de saúde.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 279).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 281-286 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 303-305 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao permitir a manutenção da ora agravada como beneficiária do plano de saúde, nas condições inicialmente contratadas pelo marido

falecido, assim consignou (e-STJ, fls. 214-215):

Entendo, no caso concreto, entendo que é possível a manutenção da autora junto ao plano de saúde, nas condições inicialmente contratadas, é medida imperiosa.

(...)

A redação em destaque, ainda que utilize o termo "vínculo empregatício", inquestionavelmente, revela a possibilidade de manutenção dos dependentes, em caso de morte do titular, nos contratos coletivos de plano de saúde.

A morte põe fim ao vínculo empregatício e a qualquer outro, de natureza jurídica - mors omnia solvit - que pudesse ligar o defunto à apólice coletiva empresarial de plano de saúde. O direito dos herdeiros é assegurado por lei e tem substancial valor econômico-financeiro, visto que as carências já superadas pelos sucessores do morto representam significativa vantagem para quem pretenda manter-se filiado a algum plano privado de assistência (BOTTESINI, Maury Ângelo e MACHADO, Mauro Conti, Lei dos Planos e Seguros de Saúde, 2.2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 264).

A alegação, todavia, de que não havia vínculo empregatício do segurado falecido com a estipulante do plano de saúde não foi examinada na instância de origem e nem foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar discussão a respeito.

É, pois, inafastável a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. 1. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO. EMPREGADO JÁ APOSENTADO E DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA. MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. POSSIBILIDADE, DESDE QUE ASSUMIDA A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO INTEGRAL. 2. ART. 458, § 2º, IV, DA CLT. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É assegurada ao aposentado a manutenção no plano de saúde coletivo, com as mesmas condições de assistência médica e de

valores de contribuição, desde que assuma o pagamento integral desta, a qual poderá variar conforme as alterações promovidas no plano paradigma, sempre em paridade com o que a ex-empregadora tiver que custear.

2. Se o conteúdo normativo contido nos dispositivos apresentados como violados não foi objeto de debate pelo tribunal de origem, evidencia-se a ausência do prequestionamento, pressuposto específico do recurso especial. Incidem, na espécie, os rigores das Súmulas n. 282 e 356/STF.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.535.352/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 7/3/2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora